

IDENTIDADE E ESTIGMA NO TELEJORNALISMO POLICIAL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO PROGRAMA “RONDA GERAL”

Identity and stigma in police television news: an exploratory
analysis of the “Ronda Geral” program

Stamberg José da Silva Júnior¹
Jean Henrique Costa²

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir a relação entre as mensagens midiáticas do telejornalismo – em especial, aquele com foco em notícias policiais – e a estrutura linguística de constituição e estigmatização das identidades. Para isso, buscamos analisar, a partir de livre análise qualitativa focada na apreciação crítica de matérias jornalísticas, uma série de discursos presentes no telejornal pernambucano *Ronda Geral*. O intuito foi identificar semânticas associadas à violência discursiva contra às identidades da população LGBTQI+ envolvidas em crimes durante o recorte temporal delimitado neste estudo (20 de março de 2018 a 20 de maio de 2018). Os resultados apontam que o telejornal *Ronda Geral* termina ridicularizando a população LGBTQI+ quanto aos trajes e nomes sociais dos indivíduos estigmatizados, além de criminalizar/culpabilizar os sujeitos e depreciar os relacionamentos não-heteronormativos.

Palavras-chave: telejornalismo, identidade, estigma, LGBTQI+

Abstract: The purpose of this article is to discuss the relationship between the media messages of telejournalism - in particular, the one focused on police news - and the linguistic structure of constitution and stigmatization of identities. For this, we seek to analyze, based on free qualitative analysis focused on the critical appreciation of journalistic articles, a series of speeches present in the pernambucano news program *Ronda Geral*. The aim was to identify semantics associated with discursive violence against the identities of the LGBTQI + population involved in crimes during the time frame defined in this study (March 20, 2018 to May 20, 2018). The results show that the newscast *Ronda Geral* ends up ridiculing the LGBTQI + population regarding the costumes and social names of stigmatized individuals, in addition to criminalizing / blaming the subjects and disparaging non-heteronormative relationships.

Keywords: telejournalism, identity, stigma, LGBTQI +

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: stambergjunior@gmail.com

² Sociólogo e Dr. em Ciências Sociais. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: prof.jeanhenriquecosta@gmail.com

Introdução

O jornalismo é um produtor de sentidos: revela formas de ver, pensar e sentir o mundo, caracterizando-se como construtor social da realidade. O caráter simbólico daquilo que produz também está ligado a uma forma de poder, visto que nenhuma linguagem é neutra e nenhum discurso é indissociável de ideologias. Ao desenvolver narrativas sobre como funciona o real, o jornalismo ecoa algumas vozes e silencia outras, lançando luz sobre algo e escuridão no corolário deste. Muito embora os meios de comunicação possam ser coparticipantes – ao menos em tese – na pluralidade de ideias e defesa da democracia, a prática profissional pode gerir interpretações linguísticas e imagéticas que limitam, segregam, diminuem e estigmatizam as identidades dos sujeitos.

Se a experiência de si é constituída em grande parte a partir das narrações, o jornalismo pode vir a ser marcado, portanto, como uma ferramenta discursiva capaz de manifestar o exercício do poder por meio da linguagem simbólica que produz. À medida que as mensagens transmitidas são repetidas, apreendidas e assimiladas pelos receptores (em circuitos de capital e circuitos de cultura, conjuntamente³), podem intervir incisivamente no modo em que estes se comportam, já que elas também servem como pontes para a formação subjetiva dos indivíduos.

Dentre as práticas profissionais do jornalismo, aquela que acontece na televisão ainda parece ser uma das principais fontes de informação com credibilidade do público em geral, frente às novas tecnologias de mídias. Ao longo das décadas, o jornalismo policial foi sendo paulatinamente implantado como uma prática do noticiário e hoje tem pelo menos um programa reservado para si em cada emissora do país.

Nacionalmente, o programa Brasil Urgente (Rede Bandeirantes), apresentado por José Luiz Datena, tem sido um dos noticiários televisivos com maior relevância de audiência do gênero telejornalismo Policial. O âncora que se consagrou na televisão pelo estilo assertivo, “comenta as notícias veiculadas, acrescenta informações ao vivo, julga e critica todos os envolvidos” (ROMÃO, 2013, p. 37). Na TV Tribuna, afiliada pernambucana da Band, estão reservados ao menos dois programas locais do gênero: o Brasil Urgente Pernambuco e o Ronda Geral.

O objetivo deste artigo é analisar, portanto, discursos do telejornal Ronda Geral – à época apresentado por Eduardo Moura – selecionados entre 20 de março de 2018 a 20 de maio de 2018 com o intuito de identificar semânticas associadas à estigmatização simbólica contra as identidades da população LGBTQI+⁴ envolvida em crimes noticiados pelo supracitado programa.

Telejornalismo e poder

A estética televisual é constituída a partir da transmissão e recepção de sinais de áudio e vídeo. Essa característica permitiu à própria TV identificar-se como um meio mais próximo do real, justamente por estar relacionada ao “simultâneo” ou ao “espontâneo”. Se se entende que o telejornalismo faz uma leitura da realidade, podemos dizer que esse gênero se encontra compreendido como um texto. Isso porque produz efeitos de sentido capazes de corroborar na construção da linguagem que revela. Assim, a estrutura da

³Johnson (2000).

⁴Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexuais e mais.

relação linguística da televisão está relacionada à força simbólica exercida pelos interlocutores envolvidos. Para Bourdieu (1983), é a importância do capital de autoridade (que não é redutível ao capital propriamente linguístico) que orienta as estratégias linguísticas do locutor, afinal, a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, “mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos, mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos” (BOURDIEU, 1983, p. 162).

Ao enunciar um discurso, o telejornalismo (como qualquer outro do gênero) não busca necessariamente ser ouvido ou mal ouvido, mas antes “ser compreendido, acreditado, obedecido, nem que seja pelo preço de um mal-entendido” (BOURDIEU, 1983, p. 169).

Para além das reflexões de Bourdieu, importa destacar também que esse exercício do poder não é em si mesmo uma violência capaz de implicitamente conduzir a vida cotidiana dos indivíduos, mas antes,

É um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente; mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 2000, p. 14).

Essa forma de poder, quando aplicada ao cotidiano, categoriza o indivíduo em sua própria individualidade, “liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (FOUCAULT, 2000, p. 6).

Em *A Mídia e a Modernidade*, John B. Thompson, baseando-se na tradição hermenêutica, argumenta que o uso dos meios de comunicação implica novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo (THOMPSON, 1998, p. 13). O autor acredita que os indivíduos interpretam as formas simbólicas e as incorporam na compreensão que eles têm de si mesmos e dos outros, usando-as como veículos para reflexão e autorreflexão. Para Thompson (1998),

Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio. É assimilar a mensagem e incorporá-la à própria vida - um processo que algumas vezes acontece sem muito esforço, e outras vezes requer deliberada aplicação. É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida (THOMPSON, 1998, p. 45).

No processo de recepção e apropriação das mensagens midiáticas, os indivíduos se envolvem em um movimento de formação pessoal e de autocompreensão, podendo modificar-se ativamente por meio de mensagens e de conteúdos oferecidos pelos produtos das mídias. Contudo, para Hall (2003, p. 366), “uma leitura preferencial [tal como pretendida por seus emissores] nunca é completamente bem-sucedida: é apenas o exercício do poder na tentativa de hegemonizar a leitura da audiência”. De tal modo, algumas dessas mensagens são retidas e outras esquecidas. Algumas, inclusive, tornam-se fundamento de ação e reflexão, enquanto outras se perdem no fluxo e refluxo de imagens e ideias (THOMPSON, 1998, p. 46).

As informações sociais, ao se tornarem mensagens midiáticas, não se dissociam daquilo que as envolve: a intenção expressiva, a maneira de realizá-la e as condições de sua realização. De acordo com Lage (2006), é justamente no campo da linguagem que essa formação subjetiva do indivíduo pode vir a ocorrer.

A linguagem não é apenas instrumento de comunicação que nos traz à presença tempos passados, paisagens distantes. Também não é só um sistema de sinais sobreposto à experiência, mas o espaço de uma organização do mundo a que se chama cultura. Sons, cores, formas, paladares têm existência física e impressionam os órgãos dos sentidos, mas é a cultura que gradua e classifica essas impressões, atribui-lhes essência e valores simbólicos (LAGE, 2006, p. 05).

A compreensão do que está sendo dito e de *como* é dito⁵ pode alterar a maneira pela qual os indivíduos constroem suas identidades individuais e como atuam no compartilhamento de práticas, representações, lembranças, crenças e experiências intersubjetivas. Ao tratarmos das mensagens midiáticas que podem ser assimiladas nas identidades dos sujeitos, de maneira alguma reduzimos estas à uma prática passiva de assimilação do conteúdo. Pelo contrário: o processo de formação subjetiva da identidade é sempre um embate, visto que estamos condenados à agonia interna e externa, como argumenta Canclini (2005):

Os estudos sobre o lado ativo da recepção demonstram que não há meios de comunicação onipresentes nem audiências passivas, mas a concentração monopolista e transnacional das indústrias de cultura e a fragilidade das associações de telespectadores e consumidores ainda deixam sem solução a questão da medida na qual o capitalismo das redes globalizadas nos permite ser sujeitos. A possibilidade de sê-lo aparece não só como a capacidade criativa e reativa dos indivíduos; depende também de direitos coletivos e controles sociais sobre a produção e a circulação de informações e entretenimento (CANCLINI, 2005, p.184).

Assim sendo, segundo Bourdieu (1996, p. 52), a dominação não pode ser simplesmente o efeito (direto e simples) da ação praticada por um conjunto de agentes (dominantes) investidos de poderes de coerção, mas, sim, o efeito indireto de ações que se engendram numa rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominados também pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros. Logo, para Bourdieu, a dominação não se exerce unilateralmente, tampouco de cima para baixo. É sempre o resultado de um conjunto complexo de relações entre muitos atores sociais atuando em campos que habilitam, mas também coagem. Portanto, uma mensagem midiática recebida passa sempre pelo filtro de uma série de mecanismos (capitais econômico, cultural, simbólico, social etc.) antes de ser tomada como um dado do Real.

Identidades e Estigmas

Ao relacionar a identidade à memória, Joel Candau (2012) distingue pelo menos quatro formas de compreensão da identidade, sendo a última a que nos interessa para apreensão da análise. Uma está associada à instância administrativa (documento de

⁵Ressaltamos, nas palavras de Johnson (2000, p. 64), que “o texto tal-como-produzido é um objeto diferente do texto tal-como-lido”.

registro geral, endereço social, etc). A segunda estaria ligada a uma representação, ou seja, àquilo que eu sei sobre quem eu sou. A terceira seria a identidade individual como um conceito e a quarta refere-se à identidade coletiva. A identidade individual é, para Candau (2012), indissociável da identidade social dos sujeitos. Duas pessoas jamais são idênticas a si mesmas, ainda que tenham nascido no mesmo dia e no mesmo ventre.

As mais diversas representações quanto à origem, história, natureza e ação política de grupos é o que pode manter coeso o discurso de legitimação de uma identidade social. Para o autor,

É provável que os membros de uma mesma sociedade compartilhem as mesmas maneiras de estar no mundo (gestualidade, maneiras de dizer, maneiras de fazer etc.), adquiridas quando de sua socialização primeira, maneiras de estar no mundo que contribuem a defini-los e que memorizaram sem ter consciência, o que é o princípio mesmo de sua eficácia. (CANDAU, 2012, p. 26).

No entanto, como confere Stuart Hall (2006), o conceito de “identidade” é “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2006, p. 8). Para o pensador radicado no Reino Unido, as identidades não são fixas, mas fragmentadas assim como tudo o que caracteriza o mundo pós-moderno.

As transformações pelas quais a civilização ocidental vem passando desde o final do século XX pulverizaram as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, forneciam sólidas localizações aos indivíduos. “Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2006, p. 9). Hall (2006) acredita que as identidades plenamente unificadas e coerentes fazem parte apenas de um universo fantasioso. Para o autor, as identidades estão associadas à história e não à biologia. Assim, a identidade “torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13). Dentre a multiplicidade de identidades possíveis ao qual um sujeito pode se identificar, ao menos temporariamente, algumas marcas podem cristalizar a forma como este é visto socialmente. Afinal, “em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (SILVA, 1998, p.19).

O fato de ser capaz de identificar pessoalmente um indivíduo fornece um recurso mnemônico de organização e consolidação da informação referente à identidade social daquele com quem lidamos – “um processo que pode alterar sutilmente o significado das características sociais que lhe imputamos” (GOFFMAN, 2012, p. 58). Para Goffman (2012), são justamente algumas dessas características sociais que estão associadas a um estigma.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. [...] Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal (GOFFMAN, 2012, p. 5).

Diversos são os atributos que podem constituir a identidade de um sujeito estigmatizado, ou seja, aquele que possui uma marca com valorização socialmente negativa e por isso marginalizado pelos “normais”. Etnia, raça, cor, origem social, condição e/ou orientação sexual e de gênero, portador ou não de algum tipo de doença, marcas e cicatrizes são alguns exemplos. O indivíduo torna-se, portanto, inabilitado para uma aceitação social plena. Para o estigmatizado, a sociedade lhe diz que é “um membro do grupo mais amplo, o que significa que é um ser humano normal, mas também que ele é, até certo ponto, “diferente”, e que seria absurdo negar essa diferença” (GOFFMAN, 2012, p. 117).

As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais e o mendigo impenitente da cidade seriam incluídos. São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade (GOFFMAN, 2012, p. 121).

A diferença, em si, é socialmente conceptualizada e tem como consequência um julgamento moral, que também funciona como um meio formal de controle social. Assim “todos os que compartilham o estigma da pessoa em questão tornam-se subitamente acessíveis para os normais que estão mais imediatamente próximos e tornam-se sujeitos a uma ligeira transferência de crédito ou descrédito” (GOFFMAN, 2012, p. 27).

Telejornalismo e Estigma

O estigma de um indivíduo quando visibilizado pela “fama” ou “má reputação” no telejornalismo, por exemplo, torna-se público pelos atos negativos que podem não ter a ver com o seu atributo moralmente condenado. Disso pode decorrer um deslocamento do descrédito pelo crime cometido a todos os outros sujeitos que possuem aquele estigma em particular. Os LGBTQI+, por exemplo, sujeitos estigmatizados pela condição/orientação sexual e/ou de gênero, são incisivamente marginalizados pelo telejornalismo policial quando envolvidos em crimes ou infrações penais.

O telejornalismo policial, marcado muitas vezes por uma linguagem informal, gírias e expressões coloquiais, e cujo foco está em julgar deliberadamente os envolvidos na violência urbana, possui uma estrutura narrativa que pode ser dividida em três etapas:

Uma reportagem é mostrada em três etapas: a primeira é a apresentação da reportagem no estúdio, logo em seguida, vem a reportagem externa e, para finalizar, volta para o apresentador ora para disparar um comentário inflamado e repleto de exclamações ora para criticar ou ironizar determinada circunstância (PERIGAGO, 2004, p. 17).

Para identificar essa recorrência de estigmatização dos LGBTQI+ muito presente na televisão, realizamos uma análise exploratória do programa jornalístico do gênero policial Ronda Geral, exibido de segunda a sexta-feira no horário das 12:20 às 13:30 pela TV Tribuna, afiliada local da Rede Bandeirantes. Para tal análise, utilizamos de gravações do programa referentes ao período de 20 de março de 2018 a 20 de maio de 2018,

separando àquelas que os LGBTQI+ foram noticiados. Isso resultou num total de sete vídeos, destacados abaixo:

	Título	Data de veiculação	Resumo
Reportagem 1	Casal é preso suspeito de tráfico.	20 de março de 2018	Uma travesti e seu companheiro foram detidos acusados de portarem 100 pedras de crack. O relacionamento do casal durara 26 anos, fato ridicularizado pela reportagem.
Reportagem 2	Dois homens presos e um adolescente apreendido suspeitos de tráfico.	23 de março de 2018	Três suspeitos foram detidos portando papalotes de maconha e crack. Um dos homens que é pai de santo, usava roupa íntima feminina à época da apreensão. Além disso mantinha relações sexuais com o adolescente de 17 anos que também fora apreendido – fatos que são ressaltados na reportagem.
Reportagem 3	Dupla é presa suspeita de tráfico de drogas.	05 de abril de 2018	Uma travesti e um garoto de programa foram detidos pela polícia portando pedras de crack. Durante a veiculação da matéria, a travesti chora negando o crime e acusando os policiais de preconceito e de terem forjado a apreensão. No dia seguinte à essa reportagem, a dupla foi liberada, apesar da prévia ‘condenação’ do programa.
Reportagem 4	Homossexual é encontrado morto no interior do Estado de Pernambuco.	10 de abril de 2018	Designer gráfico foi encontrado morto com quatro tiros na cabeça em Agrestina, no sertão pernambucano.
Reportagem 5	Homem preso em Paulista acusado de apropriação indébita	17 de abril de 2018	Um homossexual foi preso suspeito de se apropriar de objetos que não eram seus. Além disso, o suspeito é acusado de ter ajudado um adolescente colocando-o em sua casa. A reportagem dá ênfase a essa segunda suspeita, chamando o caso de aliciamento de menor e dando dúvidas quanto a relação entre o adolescente e o suspeito.
Reportagem 6	Duas travestis são presas acusadas de furto	11 de maio de 2018	Dupla é detida acusada de furto no centro de Petrolina, sertão de Pernambuco.
Reportagem 7	Estudante presta queixa contra homem acusando-o de homofobia	11 de maio de 2018	Um estudante prestou queixa acusando um homem de homofobia. Segundo ele, o suspeito entrou no ônibus e o agrediu pela sua orientação sexual. O suspeito não foi localizado.

Quadro 01: Gravações do programa Ronda Geral (Pernambuco) – 20 de março de 2018 a 20 de maio de 2018 – destacadas as matérias sobre a população LGBTQI+.

Categorizamos as notícias a partir do que foi dito pelos entrevistadores, entrevistados ou pelo apresentador, conforme segue abaixo.

Ridicularização quanto aos trajés e nomes sociais dos indivíduos estigmatizados

A reportagem 2 mostra a prisão de três pessoas suspeitas de tráfico de drogas: um pai de santo (termo bastante reiterado durante a narrativa, caracterizando mais um caráter negativo que a matéria atribui ao sujeito), o amigo dele e um adolescente. O pai de santo, que é homossexual – a sexualidade do indivíduo sempre é trazida como se representasse uma valoração inferior – trajava uma roupa íntima feminina durante a detenção. Destacamos os trechos pertinentes da reportagem para análise: “...*O pai de santo não tava nem de calcinha, ele tava de tanga!...*” diz o apresentador do programa na chamada da matéria. “...*e deixa a tanga voar, ôôô...*”⁶ canta o apresentador antes da veiculação da reportagem. Barulhos de risadas e piadas pouco audíveis se ouvem antes da matéria ir ao ar. “...*Sempre usa calcinha, nada de cueca?...*” pergunta o repórter ao suspeito do crime, que responde com o silêncio. “...*É verdade que o Jurandir tava só de calcinha quando foi preso?...*” pergunta o repórter ao policial responsável pela prisão.

A interferência tanto do apresentador como do repórter policial aponta para o sensacionalismo como uma das estratégias de fixar a atenção do telespectador. Segundo Perigago (2004), no gênero telejornalismo policial, o âncora se torna mais opinativo e com um excesso de declarações que difere do jornalismo tradicional. Para o autor, a participação deste é parcial podendo, em determinados casos, interferir com a realidade daquele fato.

Em determinados casos, a interferência do repórter também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador. Esse processo pode transformar a telenotícia em um espetáculo de ficção, pois, em determinadas situações até elementos da dramaturgia como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com o vilão, as expressões oral e facial são utilizadas para sensibilizar o telespectador. (PERIGAGO, 2004, p. 11).

Para Goffman (2012), a imagem disponível do indivíduo para aqueles que não o conhecem pessoalmente será diversa daquela projetada. O autor acredita que ao ter a imagem de forma pública “ela parece estar constituída a partir de uma pequena seleção de fatos sobre ele que podem ser verdadeiros e que se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção, sendo, posteriormente, usados como um retrato global” (GOFFMAN, 2012, p. 63). O traje do sujeito exposto na reportagem, sua condição/orientação sexual e a religião que segue são traços que parecem ser mais relevantes para a notícia que o possível crime cometido pelo suspeito. A satirização e a exacerbação do *voyeurismo* com o intuito de menosprezar o sujeito LGBTQI+ é um dos pontos nevrálgicos da reportagem.

Um outro tema recorrente tanto no discurso do apresentador como no dos repórteres é a entonação quando há referência aos nomes sociais das trans e das travestis. Nas reportagens 3 e 6, por exemplo, percebemos uma certa ênfase quando estes as citam, havendo uma atenuação ou desmerecimento da identidade dos indivíduos que se reconhecem por um nome que deveria ser socialmente aceito. “...*O travesti conhecido como Alicia Perfect (ênfase)*”, diz o repórter quando apresenta a suspeita na reportagem 3. “*E Alexia Nicole (ênfase) pagou fiança...*”, diz o apresentador do programa dando o desfecho do caso da reportagem 6. Em “Análise do Discurso”, Orlandi (1984) atenta para

⁶ Reconhecida música cantada por Luiz Gonzaga (*Deixa a tanga voar*).

a relação da ideologia com o homem: a relação imaginária com suas condições materiais de existência. Segundo ele, o que acontece é que

Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas imateriais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas (ORLANDI, 1984, p. 35).

Em *A Ética e o Espelho da Cultura*, Jurandir Freire Costa (1994) nos questiona: “Que direito temos nós, sociedade, grupos ou indivíduos, de obrigar quem quer que seja a ser sociomoralmente identificado em sua aparência pública por suas preferências eróticas?” (COSTA, 1994, p. 173). A naturalização pelo telejornalismo daquilo que é considerado masculino é o motivo pelo qual a ridicularização dos sujeitos em questão é exercida. Essa forma de controle social a partir de um discurso de reprovação social, não-aceitação plena ou comicidade do sujeito estigmatizado torna-se a afirmação de um discurso moralizante produzido pelo telejornal em questão.

O reforço dos estereótipos escapa da função social do jornalismo, que é a de “de esclarecer a opinião pública e de levar conhecimento e cultura à sociedade em que está inserida” (PACHECO, 2005, p. 16). Entendendo que o jornalismo é um meio onde evidencia-se a construção social da realidade, seu posicionamento acerca de determinados assuntos e a forma como estes são tratados, podem influenciar a opinião pública, interferindo na representação de minorias já estigmatizadas, cristalizando o papel destas às margens sociais e à violência, que “com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atroztes sobre as violências comuns banais e instaladas (PORTO, 2002, p. 15).

Criminalização e culpabilização dos sujeitos LGBTQI+

O indivíduo estigmatizado é considerado socialmente como sendo o culpado pela sua condição ou previamente culpado por algum crime em que tenha se envolvido, ainda que não se tenha prova disso. Os exemplos dos recursos discursivos das duas reportagens a seguir apresentam de maneira categórica a criminalização prévia ou a culpabilização devido ao estigma social associado aos LGBTQI+. Após a veiculação da reportagem 4, que discorre sobre a morte de um rapaz homossexual no interior de Pernambuco, o apresentador do Ronda Geral tece um comentário ao supor a motivação do óbito da vítima, assassinada a tiros: “...foi execução. O motivo, aí só sabendo. Geralmente execução é o quê? Pode ser crime passionai? Muito raramente. Mas dívida de droga? Muito frequentemente.” O âncora antecipa o desfecho do caso que corre em processo de investigação pela polícia, criminalizando o sujeito.

Um outro exemplo é o da reportagem 7. É veiculado que um estudante procura a delegacia por ter sido vítima de homofobia, sendo agredido dentro de um transporte coletivo na Região Metropolitana do Recife. Ao que segue a sabatina de perguntas, durante a entrevista, o repórter pergunta: “Você provocou essa situação de alguma forma?”. A hipótese de que a vítima seria culpada pelo fato de seu algoz lhe bater, aponta para a estigmatização de um sujeito já condenado por ter determinada orientação sexual – algo socialmente valorizado negativamente.

Em *Teorias do Jornalismo*, Traquina (2005) pontua que o critério de seleção das notícias e a forma como estas serão conduzidas é fundamental no processo de formação daquilo que chama de “valor da notícia”.

No momento em que as redações são bombardeadas por informações, a imprensa tende a atribuir valores e critérios para selecionar o que é mais importante para o interesse público e social. A partir dessa associação, o valor/notícia passa a ser a tônica para escolher qual notícia causa a maior repercussão (TRAQUINA, 2005, p. 05).

Ao classificar os fatos segundo os critérios substantivos e contextuais, o jornalismo diante da produção da notícia define como determinado fato será interpretado e apresentado, o que será omitido e o que será revelado. Sendo assim, ao optar por divulgar um caso de homofobia ou o assassinato de um homossexual, o telejornal acredita que estes sejam de interesse público e social. O enfoque discursivo surgido na construção da reportagem e a forma em que esta é conduzida, aponta, contudo, para uma criminalização de quem deveria ser considerado vítima.

Se, como confere Bourdieu, “escutar é crer” (BOURDIEU, 1983, p. 162), o que se diz acerca de quem está envolvido em um caso como este, pode fazer com que os espectadores passem a crer naquilo que está sendo questionado e expandam essa ideia de forma mais ampla, abrangendo o específico a todos àqueles em que há homofobia e também machismo, visto que ambos estão relacionados.

Depreciação dos relacionamentos não-heteronormativos

Como já argumentamos anteriormente, Bourdieu (1983) acredita que “a intenção expressiva, a maneira de realizá-la e as condições de sua realização” são fatores centrais na estrutura linguística que compõe o discurso. Ao realizamos a análise da forma como são descritos os relacionamentos homoafetivos entre os suspeitos de crimes pelo telejornalismo, pudemos identificar como recorrência uma possível intencionalidade de depreciação destes. A reportagem 1, por exemplo, mostra a prisão de um casal (composto por uma travesti e seu companheiro) suspeito de tráfico de drogas.

Enquanto narra sobre o motivo da detenção e o fato de os suspeitos negarem o crime, o apresentador ressalta: “...Agora uma coisa eles fizeram questão de não negar: o amor (sons irônicos ao fundo). Um homem e um travesti: um amor de 26 anos”. Ao se utilizar de uma intenção expressiva aparentemente irônica e causada pela figura da travesti, a reportagem parece reforçar o sentido de que um casal sempre tem que ter uma figura feminina e uma masculina, ou seja, dentro do padrão da chamada ‘heteronormatividade’. Para Peter Fry e Edward MacRae (1991), as relações fora do padrão são enxergadas pelos brasileiros sempre no sentido de “atividade” e “passividade”:

Podemos dizer que a concepção popular brasileira da sexualidade fala mais de “masculinidade” e “feminilidade”, de “atividade” e de “passividade”, de “quem está por cima” e de “quem está por baixo” do que sobre a heterossexualidade e a homossexualidade, que são aspectos que entram sorrateiramente no esquema, por assim dizer. Se este esquema desse importância à homossexualidade propriamente dita, então o homem que “transasse” com a bicha (sic) certamente teria que ser chamado de “homossexual” ou algo parecido. Nem sempre isto acontece (FRY; MACRAE, 1991, p. 50).

Essa forma de visualização das relações homoafetivas ou que estão fora da heteronormatividade reforça a estigmatização já existente contra os LGBTQI+. Para Goffman (2012), o estigma é uma forma de controle social que limita os indivíduos e priva a possibilidade de eles existirem de forma plena, já que a sociedade os sujeita a um lugar do qual o estigmatizado não deva sair. O autor acredita, no entanto, que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, mas “um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida” (GOFFMAN, 2012, p.117).

Portanto, ao entrar em contato com conteúdos dos produtos das mídias, o indivíduo pode sentir-se representado pelo que está sendo dito (e por isso, se acreditar “normal”), ou pelo contrário, sentir-se ainda mais desacreditado e relegado pela violência com que é tratado os outros indivíduos que compartilham características semelhantes àquela. Isso acontece potencialmente no telejornalismo assim como em outras formas de comunicação (algo que vem se alterando com as redes sociais), porque o fluxo de comunicação pode se dar em sentido único. Para Thompson (1998),

As mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção. Por isso, os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica (THOMPSON, 2001, p. 31).

A mudança dos sistemas analógicos para os digitais de codificação da informação, entretanto, tem permitido um fluxo de transmissão no qual a comunicação tem sido realizada de maneira mais dialógica. Entretanto, como os meios de comunicação implicam, muitas vezes, na mercantilização das formas simbólicas, a maneira como valoriza ou desvaloriza determinadas formas de ser/estar/existir no mundo pode ter como consequência a padronização de um discurso que, ao sedimentar-se enquanto tal, é repetido e perpassado sem maiores questionamentos. Preconceitos e discriminações por meio de discursos – como os do telejornalismo – que se referenciam aos relacionamentos não-heteronormativos, tornam-se um reforço à heteronormatividade e tentam manter o *status quo*.

Para (Não) Concluir

O jornalismo, ao implicar na circulação pública de formas simbólicas, se dispõe a uma pluralidade de destinatários, empregando meios técnicos, simbólicos e discursivos de fixação e transmissão de mensagens. É sabido que os meios de comunicação funcionam com dupla lógica: a lógica econômica, cujo objetivo é fabricar um produto; e uma lógica simbólica, cuja função é participar da construção social da realidade e, consequentemente, da opinião pública (ainda que não dissociada da lógica econômica). Para Perigago (2004), a espetacularização da notícia policial “por meio de métodos extraídos do sensacionalismo, hiper-realismo e dramaturgia, vulgariza a TV, diminui a credibilidade do jornalista e falseia o conteúdo do fato diante da realidade” (PERIGAGO, 2004, p. 5). Se supomos que a concretização da violência, exclusão e opressão das minorias sociais tem como origem a estrutura linguística e discursiva, o incentivo ao ódio

e à intolerância devem ser rejeitados à medida que as vozes dos grupos estigmatizados sejam silenciadas.

Tais programas policiais reproduzem o que David Garland (1999) chamou de políticas punitivas do tipo “lei e ordem”. Para ele, essas políticas punitivas são:

...pelo menos em parte, uma manipulação maldosa e cínica dos símbolos do poder do Estado e das emoções de medo e de insegurança que conferem a esses símbolos o seu poder [...] Emprega-se uma demonstração de força punitiva contra o indivíduo condenado para recalcar toda confissão da incapacidade do Estado de controlar o crime (1999, p. 71).

Garland (1999, p. 60), considerando que o crime se tornou um risco cotidiano que deve ser avaliado e administrado de forma rotineira, entende que “a compaixão para com os delinquentes é cada vez mais suplantada por uma preocupação mais exclusiva com as vítimas, e os políticos de todos os partidos veem-se encorajados a tomar medidas firmes, não desprovidas de conotações populistas”. Assim, para o autor, essas “políticas punitivas fundam-se na caracterização dos delinquentes como “marginais”, “predadores”, “monstros sexuais”, “maus” ou “malvados”, membros de uma “sub-classe”, cada um deles sendo o “inimigo marcado”, em uma cultura dominante que exalta os valores da família, a iniciativa individual e os limites da assistência social” (GARLAND, 1999, p. 74-75).

É evidente que Garland não se refere exclusivamente aos sujeitos estigmatizados, mas sim aos indivíduos “desfiliaados” (CASTEL, 2008) pelo capitalismo. Isto é, aqueles mesmos que, segundo Wacquant (2003, p. 27), são criminalizados pelas consequências da miséria, “na medida em que se desfaz a rede de segurança do Estado caricativo (*safety net*), [e] vai se tecendo a malha do Estado disciplinar (*dragnet*)”.

Por conseguinte, o programa Ronda Geral, sem nenhuma eloquência discursiva, manipula esse medo cotidiano da insegurança crescente e condena, embora que de forma ambígua, a incapacidade do Estado em gerir a segurança pública dos cidadãos. Para isso, o programa não se exime de buscar e condenar previamente os *culpados de sempre*, isto é, aquela parcela do subproletariado urbano que superlota as páginas policiais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. Org. Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, B.C. *Estética da Violência: Jornalismo e Produção de Sentidos*. São Paulo: FAPESP, 2002.

- COSTA, J.F. *A Ética e o Espelho da Cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. Tradução de Antônio Cavalcanti Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- FRY, P; MACRAE, E. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*, n. 13, p. 59-80, 1999.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Coletivo, 2004.
- GREEN, J.N. *Mais amor e mais tesão: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis*. – São Paulo, 2000.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: 2003.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6. d. São Paulo: Ática, 2006.
- ORLANDI, E. P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 8ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PACHECO, Alex Rômulo. *Jornalismo policial responsável*. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 04 abril, 2020.
- PERIGAGO, F.R. *O perfil do repórter de telejornal policial no Brasil*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROMÃO, Davi Mamblona Marques. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.
- WACQUANT, Löic. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.